

Nada fazer ou fazer melhor?

Passamos da inflação "indecente" para uma inflação despidorada. Se ficássemos longas horas perquirindo as causas do novo surto inflacionário, certamente nos convenceríamos de que não foi apenas um, mas vários os fatores que determinaram esta taxa de 24,04% em julho. Imputá-la à estagfagem sobrevinda nos Estados Unidos seria eximir-se de responsabilidade. A verdade é que somos todos culpados desta inflação: o governo, pelo déficit público e falta de controle sobre a expansão monetária, os assalariados por

acreditarem tolamente que os constantes reajustes podem protegê-los contra a inflação, os empresários por se defenderem preventivamente de um eventual congelamento dos preços. Mas a investigação das causas deste novo surto só ganha sentido se servir para que se tomem providências que possam, pelo menos, impedir que a espiral inflacionária conduza à catástrofe.

A impassibilidade diante do que está ocorrendo hoje seria um scinte. Em junho de 1987, quando a inflação assinalou seu recorde histórico, não superado ainda, o ministro Bresser Pereira optou por um novo congelamento. Não promos que seu exemplo seja imitado, mas estamos apenas adver-

tindo que a Nação não suportará passivamente esta inflação, cuja taxa, para o próximo mês, ninguém é capaz de prever. Neste momento, a resposta à pergunta "o que fazer?" exige tato, habilidade, prudência e seriedade.

É preciso fazer alguma coisa, mas não, decerto, um gesto teatral para impressionar momentaneamente o público e arrancar-lhe alguns aplausos, com um jogo de luzes que o impeça de ver a realidade. Do governo, não se espera teatro, mas circunspeção e seriedade.

Em primeiro lugar, seria preciso discrição e muita humildade, pois os remédios para os males da economia atuam lentamente e, por vezes, provocam rejeições imprevistas. Ninguém pode hoje assegurar que a inflação de agosto será menor do que a de julho, mas todos sabem que não irá cair notavelmente, a ponto de caracterizar a de julho como um simples acidente de percurso.

Quando a inflação chega a este ponto, numa economia totalmente indexada, qualquer poeira que penetre nos mecanismos econômicos pode acarretar consequências terríveis. Se a inflação brasileira tem diversas causas, é evidente que uma única medida

não conseguirá eliminá-la. A inflação de hoje requer um conjunto de medidas. Uma medida única poderia produzir o resultado inverso do pretendido. Os economistas ortodoxos, consideram quase todos, que é necessário combater mais denodadamente o déficit público, exercer maior aperto monetário e executar uma política de rendimento que amorteça o impacto do regime de indexação generalizada.

Se o ministro Malison da Nóbrega conseguisse manter o déficit público em 4% do PIB, não seria isso motivo bastante para nos darmos por satisfeitos. As próprias autoridades monetárias reconhecem que um déficit público equivalente a 4% do PIB, segundo o conceito operacional (sem as correções monetária e cambial), representa um déficit de 38,8% do PIB em valor nominal. Ora, este valor é incompatível com o controle da inflação, sobretudo quando este começa a escapar das mãos das autoridades. A política fiscal tem de ser revista, para adquirir maior austeridade, especialmente com novos cortes nos gastos.

A política monetária expansionista destes últimos meses (em junho, o crescimento da base monetária nos 12 meses anteriores chegou a 435,7%, contra 69,3% em

julho do ano passado) tem de ser submetida a um regime de emagrecimento, que exige sacrifícios heróicos, inclusive, no entender de alguns economistas ortodoxos, a suspensão das conversões de dívidas externas em capital de risco. A liquidez deve ser medida hoje não apenas levando em conta os meios de pagamento, mas, também, os títulos federais fora do Banco Central, que se tornaram uma verdadeira moeda.

Quando se tivesse certeza de manter o déficit público e a expansão monetária sob controle, então se justificaria aplicar um redutor sobre os rendimentos (salários e rendimentos financeiros) a fim de esbater os deletérios efeitos da indexação.

Se estas medidas heróicas fossem tomadas, a inflação certamente não seria eliminada, nem reduzida consideravelmente, mas apenas se conjuraria o perigo de hiperinflação e se reuniriam condições para em seguida se cogitar de um "choque heterodoxo" com alguma chance de êxito. Não há atualmente condições para se tirar proveito de medidas heterodoxas. Por ora, basta fazer melhor o que foi chamado de política de feijão com arroz, receita a que faltam ainda alguns condimentos...